

Calamidade pública em uma cidade submersa: a imprensa e a Enchente de 1974 (Tubarão – SC)

Elias Theodor Mateus

elias.theodoro@yahoo.com.br

Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista Capes

Resumo: De norte a sul, o país sofreu com as fortes chuvas de março de 1974. Em alguns casos, acarretaram em trágicas inundações. De todas as regiões atingidas, o sul de Santa Catarina sofreu o maior impacto. À medida que a região ganhava centralidade nas preocupações do Executivo Federal, protagonizava também nas páginas dos periódicos de grande circulação. O objetivo deste artigo é mostrar como a grande imprensa (em especial a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*) tratou dos desastres naquele momento, compondo uma narrativa que representava o cenário destruído e o drama dos desabrigados. A análise das fontes sugere, assim, que a grande imprensa desempenhou um papel decisivo na elaboração de discursos acerca da catástrofe.

Palavras-chave: Enchente; Grande imprensa; Representação.

Public calamity in an underwater city: the press and Flood 1974 (Tubarão – SC)

Abstract: From north to south, the country suffered from heavy rains in March 1974. In some cases, they resulted in tragic floods. Of all the affected regions, the south of Santa Catarina suffered the greatest impact. As the region gained centrality in the concerns of the Federal Executive, it also starring in the pages of the mass-circulation periodicals. The purpose of this paper is to show how the mass media (specially *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*) dealt with the disaster at the time, composing a narrative that represented the destroyed scenario and the drama of the homeless. The analysis of the sources suggests that the mass media played a decisive role in preparing speeches about the catastrophe.

Keywords: Flood; Mass media; Representation.

Enchentes, de norte a sul

O fim do verão de 1974 se acompanhou de intensas chuvas de norte a sul do Brasil, as quais desembocaram em assustadoras inundações, algumas profundamente trágicas. No país, as inundações constituem o principal fenômeno relacionado a desastres naturais. Decorrem

da dinâmica externa da Terra e, amiúde, seus efeitos são potencializados pela ação antrópica, como apontam os dados a partir da década de 1960. Nas últimas cinco décadas, o Brasil registrou 94 inundações que resultaram em situação de emergência ou estado de calamidade pública.¹ Entretanto, o ano de 1974 apresenta algumas especificidades que merecem destaque no quadro histórico de catástrofes brasileiras.

As chuvas torrenciais assolavam diversas regiões do país. Portanto, não se tratou de um fenômeno climático que acometeu uma região em particular, tampouco áreas contíguas. Ao contrário, ameaçavam populações ribeiras desde Marabá, no Pará, a Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, alagando vastas regiões do pantanal mato-grossense. Pelo menos nove estados brasileiros sofreram algum tipo de impacto com as chuvas de 1974. Os principais setores atingidos foram o agropecuário e o energético. Comunicações telefônicas e telegráficas foram interrompidas. Inúmeras vias terrestres foram completamente destruídas, além de casas arrancadas pela força das correntezas. As inundações ceifaram irrecuperáveis vidas humanas e deixaram milhares ao desabrigo – “eis o saldo das últimas chuvas, em alguns pontos do País”, dizia a manchete da *Folha de S. Paulo* do dia 26 de março de 1974. O governo de Ernesto Geisel, empossado dias antes, começava com um problema catastrófico.

Os desastres socioambientais e as catástrofes são analisados sob o prisma teórico e metodológico de um campo específico desenvolvido a partir da década de 1970. Os novos paradigmas investigativos de então criaram as condições necessárias para que fatores biológicos e de influência ambiental fossem tratados como problemas históricos.² A história ambiental, como ficou conhecida, permitiu uma abordagem menos dualista da relação entre natureza e cultura e alijou interpretações simplistas acerca da apropriação da natureza pelas comunidades humanas.³ Contudo, apenas muito recentemente a historiografia brasileira

¹ TOMINAGA, Lídia Keiko. “Desastres naturais: porque ocorrem?”. In: TOMINAGA, Lídia Keiko. et al. (Orgs.). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009, p. 18.

² Neste artigo, não faremos um balanço acerca das condições políticas e acadêmicas que permitiram o surgimento da história ambiental como campo investigativo. Para o contexto mais amplo da historiografia a partir dos anos 1970, cf. IGGERS, George. “Desafios do século XXI à historiografia”. *História da historiografia*, n. 4, Ouro Preto, mar. 2010, p. 105-124. Sobre o desenvolvimento da história ambiental, cf. PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da história ambiental”. *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, São Paulo, 2010, p. 81-101.

³ De acordo com José Augusto Pádua, a história ambiental ampliou as possibilidades de compreensão da relação entre natureza e cultura, especialmente porque a pesquisa histórica contribui com a análise das múltiplas temporalidades que cercam esta complexa relação. A proposta da história ambiental, segundo o autor, é “repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta”, o que não implica a obrigatoriedade da perspectiva de longuíssima duração. Contudo, deve-se sempre manter no horizonte investigativo “a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados. Seja no

alocou os desastres e as catástrofes no rol de seu panorama investigativo. Tais pesquisas, ainda que orientadas por diferentes perspectivas e objetivos, guiam-se pela intersecção entre perigos naturais e ação antrópica, enfatizando que “as consequências ecológicas da ação humana no passado não podem ser ignoradas”.⁴

Ao recuperar a memória (ou memórias) dos desastres socioambientais, a pesquisa histórica aponta a contínua necessidade de medidas preventivas. Destarte, a historiografia contribui em duas frentes: primeiramente, enfatiza as múltiplas temporalidades envolvidas no fenômeno e, em segundo, historiciza a relação da comunidade atingida com o espaço. Lise Sedrez e Andréa Maia, ao estudarem a Grande Enchente de 1966 no Rio de Janeiro, combinaram história ambiental e história oral e perceberam que a relação das pessoas com as fortes chuvas e enchentes atravessam a memória ambiental e a construção do espaço naquela cidade.⁵ Alfredo Ricardo Lopes também estreitou esta relação na análise dos desastres socioambientais marcantes na mesorregião sul-catarinense entre 1974 e 2004. O seu principal objetivo foi compreender como o uso da memória coletiva é utilizado enquanto ferramenta para a redução de riscos de novos desastres.⁶

De outro lado, aspectos geomorfológicos são bastante recorrentes para explicar como o relevo e a dinâmica atmosférica favorecem enchentes e inundações em determinadas áreas ribeiras. Alfredo Lopes, em sua pesquisa, se valeu de múltiplos campos das ciências da vida e da terra para explicar como o espaço produzia condições para a emergência de memórias dos desastres. Recurso adotado também por Eunice Nodari e Marcos Aurélio Espíndola para explicarem as especificidades históricas das enchentes no município catarinense de Rio do Sul, no vale do rio Itajaí-Açu.⁷ Nesta perspectiva, o espaço geográfico adquire uma centralidade no debate. Exemplos são o estudo das representações da Vila de Epecuén, a “cidade perdida para as águas” em 1985, na Argentina⁸, e a pesquisa etnográfica de Viviane Kraieski, realizada

aspecto natural – com as realidades biofísicas de cada região demarcada para um trabalho de pesquisa –, seja no da formação de populações e sociedades humanas que nela e com ela interagem”. Ibidem, p. 88.

⁴ NADORI, Eunice et. al. “Apresentação”. *Esboços*, vol. 30, n. 30, Florianópolis, dez. 2013, p. 6.

⁵ SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa Casa Nova. “Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966”. *História Oral*, vol. 2, n. 14, jul./dez. 2011, p. 221-254.

⁶ LOPES, Alfredo. *Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)*. 383 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, Florianópolis, 2015.

⁷ NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. “Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul – SC, Brasil”. *Esboços*, vol. 30, n. 30, Florianópolis, dez. 2013, p. 9-34.

⁸ SEDREZ, Lise; MIRAGLIA, Marina. “A cidade perdida para as águas: o caso da Vila Epecuén na província de Buenos Aires, Argentina”. *Esboços*, vol. 20, n. 30, Florianópolis, dez. 2013, p. 35-51.

no Morro da Caixa d'Água, área não atingida pelas inundações de 1974, em Tubarão – Santa Catarina –, e profundamente ressignificada após a catástrofe.⁹

Em suma, desastres e catástrofes são temáticas que, pela acentuada complexidade, exigem análises interdisciplinares¹⁰ e a historiografia mais recente segue duas linhas de tendências interpretativas, as quais não se excluem entre si: uma relacionada à temporalidade e outra calcada na espacialidade. Neste caso, o fenômeno mnemônico orienta o eixo temporal e as complexas interações entre a natureza e as comunidades humanas perfazem o eixo espacial. Quando estes se cruzam, possibilitam análises híbridas arrematadas por categorias analíticas específicas (memória coletiva, drama social, teoria da sociedade de risco, entre outras).¹¹ Neste artigo, empregamos a noção de trauma, seguindo a linha dos estudos de traumas históricos, a fim de avaliar as representações da Enchente de 1974 em Tubarão, Santa Catarina, nas páginas dos jornais da grande imprensa.

A análise das enchentes de 1974 sugere algumas questões interessantes para a pesquisa histórica por duas razões imediatas. Para começar, se trata de um evento traumático para as pessoas que experimentaram na carne o drama das cheias. Portanto, aqui devemos refletir um pouco sobre a questão da representação sem correr o risco de banalizar a dor dos outros, em virtude do fluxo dos jogos da memória que estão em disputa por esse passado particularmente dolorido e, para alguns, por vezes, inenarrável.¹² De outro lado, os acontecimentos que levaram às catástrofes de março de 1974 se constituíram em elementos para uma composição narrativa nas páginas dos jornais locais, bem como da grande imprensa, tornando-se objeto de representação escriturária e icônica.¹³ No desenrolar dos

⁹ ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. “Enchente de 1974 como drama social: relações entre percepções de risco, conflito e gentrificação”. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 4, São Paulo, out./dez. 2014, p. 195-212.

¹⁰ De acordo com Jó Klanovicz, a complexidade do desastre enquanto fenômeno histórico engloba temáticas sociais, ambientais, científicas e políticas e, portanto, sua análise forma híbridos, já que tais linhas interpretativas não são excludentes entre si. KLANOVICZ, Jó. “História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade”. *História Unisinos*, vol. 17, n. 3, set./dez. 2013, p. 294.

¹¹ Estas categorias foram utilizadas por Alfredo Lopes, Viviane Kraieski e Lise Sedrez, respectivamente.

¹² Cf., as considerações sobre trauma, LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Trad. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 2005. Sobre a relação entre testemunho e experiência traumática, cf. MESNARD, Philippe. *Testimonio en Resistencia*. Trad. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2011. A respeito da relação entre testemunho e história, nos guiaremos por RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

¹³ A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionais. Cf., a respeito do conceito de grande imprensa, AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 37. “Em termos de imprensa escrita diária, apontam-se exemplos de grande imprensa nos jornais: *O Globo*, do grupo Roberto Marinho, originário do Rio de Janeiro; *Jornal do Brasil*, de propriedade de Nascimento Brito do Rio de Janeiro; *Folha de S. Paulo*, pertencente à

acontecimentos, a variação de escala espacial focalizou a região sul de Santa Catarina, em especial a cidade de Tubarão (inundada na madrugada do dia 24 para 25 de março), conferindo-lhe certa verticalidade representativa na medida em que se tornava centro das preocupações do Executivo Federal.

A operação narrativa da grande imprensa, acerca da variação focal do contexto caótico macro para o micro, evidencia o percurso desse deslocamento. No dia 25 de março, as manchetes aludiam a referências mais gerais, como a macrorregião *Sul*¹⁴ ou até mesmo o designativo *País*¹⁵. Embora os títulos das manchetes privilegiassem o contexto geral, as chamadas e as matérias frisavam a situação de Santa Catarina, ainda que no mesmo espectro do que entendiam os redatores ser a situação geral das chuvas espalhadas pelo Brasil (note-se que ainda não se abordavam as inundações). No dia seguinte, já havia chegado às centrais de jornalismo algumas informações preliminares sobre a situação de Santa Catarina, baseadas nos balanços das autoridades que sobrevoaram o vale do rio Tubarão a fim de examinar os efeitos calamitosos da inundação de suas margens.

As manchetes da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* do dia 27 de março destacavam o quadro geral de Santa Catarina. Em suas respectivas chamadas, ambos os periódicos noticiavam que Tubarão era a cidade mais atingida. Esta informação foi recorrente até fins de março e início de abril, quando o discurso da catástrofe começou a se esfumar e ceder espaço para a recuperação das principais áreas atingidas e para a “superação” da tragédia.¹⁶ Quando o caso do sul catarinense já estava mais claro tanto às autoridades quanto aos

família Frias de São Paulo, *OESP e Jornal da Tarde*, dos Mesquita de São Paulo. Como exemplo de revista semanal representante da grande imprensa: *Veja*, da editora Abril Cultural de São Paulo”.

¹⁴ “Temporal no Sul causa inundações e deixa 4 mortos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1974, capa.

¹⁵ “Chuvas continuam e os prejuízos aumentam no Interior e no País”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de março de 1974, capa.

¹⁶ “Cidades devastadas já começam reconstrução”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1974, capa. São bastante recentes os estudos que procuram vincular às catástrofes naturais a noção de trauma. A memória de tais eventos limites tende a se esvair no tempo, ao contrário dos traumas acometidos por situações políticas. Ao tecer considerações sobre as inundações do rio Itajaí, em Santa Catarina, Carlos Tucci afirma que “a memória sobre as inundações se dissipa com o passar do tempo e a população deixa de considerar o risco”. Isso porque a população de Blumenau, que conviveu com inundações de pequenas proporções ao longo do século XX, se esquecera da catártica enchente de 1880, cuja cota atingiu a marca de 17,1 metros. Um século depois, em 1983, os blumenauenses vivenciaram outra trágica inundação, que alcançou a marca de 15,34 metros. TUCCI, Carlos. “Inundações e drenagem urbana”. In: TUCCI, Carlos; BERTONI, Juan Carlos (orgs.). *Inundações urbanas na América do Sul*. Porto Alegre: ABRH, 2003, p. 45-141, p. 48. Sobre a cobertura da enchente de 1983, cf. SARDÁ, Laudelino José; MEDAGLIA, Mário (Orgs.). *Loucos e memoráveis anos: o centenário do jornal O Estado*. Florianópolis: Ed. Unisul, 2015. Agradeço a Maria Julia Goulart por me permitir acesso ao material desta coletânea.

correspondentes, Tubarão foi manchete da *Folha*, associada à epidemia de varíola, uma das mais terríveis consequências da contaminação das águas.¹⁷

Foi mesmo o recurso narrativo da *Folha* que definiu a situação de Santa Catarina como a região mais atingida. Na edição de 27 de março, o balanço geral das enchentes no Brasil se acompanhava da informação de que o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, providenciava remessas de roupas, alimentos e remédios para onde a situação era mais grave. Imediatamente após esta informação, a abertura “Em Santa Catarina, calamidade pública” dava o tom da gravidade do desastre no estado sulino.¹⁸

A proeminência de Tubarão no cenário da catástrofe foi sentida não só nos dois periódicos que compõem o escopo documental deste artigo. A tragédia no município foi manchete entre os dias 26 e 29 de março n’*O Estado de S. Paulo*, sendo que, no primeiro dia, ainda estava à sombra do quadro mais amplo de Santa Catarina. Todas as chamadas se acompanhavam de alguma imagem do cenário destruído. No dia 28 de março, na *Folha*, a manchete “Tubarão arrasada pela enchente” dialogava com a foto tirada por Mário Barbeta que ocupava o centro do hemisfério superior da capa. Há um grupo de oito pessoas caminhando sobre uma lâmina de água enquadradas no canto inferior direito. Todo o resto da paisagem é destruição. Arrasada a cidade, pouco os flagelados – que carregam umas poucas coisas – podiam fazer e, assumido o estado de calamidade pública, Tubarão, “no Sul, uma cidade morta”, dependeria da ajuda a ser definida no dia 29 de março.¹⁹

A escolha da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* diz respeito às composições narrativas destes periódicos, pois conferiram certa verticalidade às enchentes por meio do debate político, como se observa na recorrente opção pelos discursos de autoridade que figuram nas matérias e reportagens. Além do mais, eles foram os que mais se empenharam

¹⁷ “Em Tubarão, surge a varíola”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, capa.

¹⁸ “Enchentes, de Norte a Sul do País”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1974, p. 8.

¹⁹ “No Sul, Tubarão é uma cidade morta”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, capa. Elias Theodoro Mateus faz uma análise das imagens veiculadas após a Enchente de 1974, em Tubarão, em alguns jornais locais e nacionais. Entre elas, está a fotografia de Mário Barbeta. Cf. MATEUS, Elias Theodoro. “Espectros da catástrofe entre o trauma e a solidariedade: representações iconográficas da Enchente de 1974 em Tubarão (SC)”. *Revista Trilhas da História*, vol. 4, n. 7, Três Lagoas, jul./dez. 2014, p. 122. Em *O Globo*, em termos quantitativos, noticiou-se muito menos as inundações no Brasil. Ao contrário dos demais jornais da grande imprensa, este trouxera o problema das enchentes para as manchetes apenas nos dias 28 e 30 de março, divulgando, no primeiro que as inundações causaram destruição e mortes em 20% do território do País e, no segundo, a ação do Exército em retirar 70 mil pessoas de Tubarão, o que não parece muito adequado, já que representaria a evacuação completa da cidade.

em construir uma imagem da catástrofe em Santa Catarina, sendo que cerca de 2/3 da extensão dos textos referiam-se ao estado sulino.

Quando a lupa é posta sobre determinada amostra, no caso da análise histórica, a variação de escala observada não diz respeito à comensurabilidade das dimensões, como na cartografia. O que vemos são coisas diferentes, novos encadeamentos em configuração e em causalidade, como diria Paul Ricoeur.²⁰ Ainda que na variação de escalas vejamos “coisas diferentes”, “a exemplaridade dessas histórias locais vividas ao rés-do-chão pressupõe a imbricação da pequena história na grande história”.²¹ As autoridades competentes do Ministério do Interior consideraram, pela extensão dos danos, a devastação de 1974 a maior calamidade provocada pelas cheias na história do país.²² Em termos metodológicos, valer-se de uma variação de escala de observação possibilita estabelecer conexões que passariam despercebidas na escala macro-histórica.²³ Nesse sentido, o cenário que se via em Tubarão, como indicavam a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, resumia o quadro de devastação em outras regiões atingidas por fortes chuvas no interior do país.

A variação de escala do macro para o micro evidencia recortes macrossociais e microsociais observáveis tanto em uma quanto em outras regiões atingidas pelas cheias. No primeiro, a vulnerabilidade de uma comunidade teria dimensões nitidamente políticas com relação às estratégias de controle da natureza, como podemos ver na logística militar para garantir a ordem e segurança nas áreas de risco. Já no espectro microsocial, encontramos imbricações entre o território atingido e as especificidades dos grupos flagelados para protegerem a integridade social, física, mental e emocional no lugar, observáveis nas estratégias de sobrevivência em meio à catarse e nos laços de solidariedade que enredam os sujeitos sociais, bem como na redefinição da relação com o espaço, por exemplo, no êxodo que formou longos cortejos para fora das áreas atingidas.²⁴

Consideremos também que, entre 1972 e 1975, a imprensa viveu o auge da censura prévia e, já havia alguns anos, regia-se pela autocensura. No espectro macrossocial, entendemos como a censura foi decisiva na abertura de uma frente de ação para os militares

²⁰ RICŒUR, op. cit., p. 222.

²¹ Ibidem, p. 257.

²² “Chuvas matam mais de 50 e já desabrigam 50 mil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1974, p. 16.

²³ RICŒUR, op. cit., p. 221.

²⁴ MARCHEZINI, Victor. “Dos desastres da natureza à natureza dos desastres”. In: VALENCIO, Norma. et al. (orgs.). *Sociologia dos desastres*. São Carlos, SP: RiMa Editora, 2009, p. 50.

controlarem e representarem a situação de calamidade pública, além de garantir a ordem, tão cara a Doutrina de Segurança Nacional que norteava o regime. Assim, excluía determinados grupos das arenas decisórias acerca das estratégias de controle.²⁵ A censura institucionalizada e arraigada, enquanto fator, nos permite visualizar de que modo as esferas de poder forjavam mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos no nível institucional, na medida em que “buscou-se mascarar a alteridade social, criando-se uma imagem de sociedade harmônica, livre de conflitos”.²⁶ Com a justificativa de não gerar pânico e alarmar a população, a única radiotransmissora ainda em funcionamento, a Rádio Tubá, foi proibida de informar a população sobre eventuais previsões de inundações nas margens do rio Tubarão.²⁷

“O prefeito de Tubarão, sr. Irmoto Feuerschuette, chorava ontem, ao microfone na única emissora de rádio que conseguiu ficar no ar (...). Feuerschuette foi à emissora pedir calma à população, mas seu estado emotivo não permitiu que falasse”.²⁸ O estado abalado do prefeito era incompatível com a imagem que os militares tencionavam passar, inclusive por meio da imprensa escrita, guiada por uma concepção de informação que selecionava “os fatos a serem transmitidos a partir do filtro de sua própria cobertura que dá ênfase ao que ocorre nas esferas do poder”.²⁹ O que, em alguma medida, está intimamente relacionado ao conceito de desastre que entende o Estado, ou seja, “perda da ordem pública” e que, portanto, “a segurança pública seria a maior prioridade, devendo ser garantida sob quaisquer circunstâncias, independentemente da avaliação dos fenômenos que causaram os problemas”.³⁰

“Depoimentos de autoridades e pessoas ali residentes dão conta de que jamais ocorreu uma inundação tão catastrófica como a atual”, dizia o jornal *Folha de S. Paulo* sobre a inundação da cidade de Tubarão após a enchente.³¹ Esta declaração arremata, em partes, o processo de verticalização do município sulino no quadro geral das enchentes de 1974. De

²⁵ Idem.

²⁶ AQUINO, op. cit., p. 209.

²⁷ “Teimosamente manteve a proibição que impedia a única emissora, que ainda estava no ar, de dar o alarme geral. Os caminhões enviados eram poucos e tinham dificuldade em percorrer uma cidade parcialmente alagada. Seria tão simples uma transmissão pelo rádio, e através da qual poderia coordenar as ações. Inexplicável. A Rádio Tubá, com os transmissores alagados silenciou às 19:00 horas”. VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão, SC: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992, p. 230. A interpretação que propomos neste artigo é a de explicar a relação entre a cobertura midiática das inundações e o Estado autoritário na construção de imagens da catástrofe.

²⁸ “Problema grave”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1974, p. 8.

²⁹ AQUINO, op. cit., p. 241.

³⁰ MARCHEZINI, op. cit., p. 51.

³¹ “Dezenas de corpos já aparecem nos lamaçais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

acordo com os relatórios dos ministros Maurício Rangel Reis (Interior) e Shigeaki Ueki (Minas e Energia), a região sul de Santa Catarina foi a mais afetada pelas chuvas e inundações e que, portanto, demandava maior atenção do Executivo Federal, sendo que o governador Colombo Salles já havia decretado estado de calamidade pública.

Para além de uma eventual convulsão social, estava em jogo uma trajetória de investimentos no desenvolvimento econômico da região. Entre os anos 1969 e 1973, o Brasil viveu a euforia do chamado “milagre econômico”³², e que se caracterizou por uma expansão da economia, especialmente nos setores agropecuários, energéticos e de transporte. Este tripé fora maximamente atingido – tanto que os recursos municipais e estaduais não eram suficientes para recuperar as áreas atingidas. Os estragos comprometeram todo o empreendimento no desenvolvimento econômico de Tubarão que marcara as décadas precedentes: abertura de ruas, distribuição de água encanada e tratada, expansão da agricultura para novas culturas (como a soja) e da pecuária através do investimento em maquinário, além da distribuição de energia termelétrica produzida pela Sotelca, no antigo bairro de Capivari, responsável pela energia para parte expressiva do estado de Santa Catarina. Tubarão vira, portanto, seu “milagre” ruir em poucas horas. À medida que as águas baixavam, o que se via era uma completa destruição e ruas cobertas por espessas camadas de lama, cuja limpeza era “tarefa para muitos meses”.³³

Ao veicular os “acidentes de percurso”, a grande imprensa concebia “o acontecimento como um desvio de um curso previamente traçado e que deve ser retomado na direção da manutenção da ordem pública”.³⁴ Embora houvesse uma “proibição sistemática de veiculação de notícias que representem possibilidade de comoção social, violência, crise, ou seja, elementos que possam traduzir uma visão diferente daquela que encara a sociedade livre de

³² Sobre o Milagre Econômico e suas contradições: “O Milagre triplicara as despesas militares do governo, levando-as para 1,66 bilhão de dólares em 1973. Entre 1968 e 1971 as despesas com pessoal militar aumentaram 63,7%, enquanto o pessoal civil sofrera uma contração de 13%. Essa expansão fizera estragos no Exército, na FAB e na Marinha. Uma adquirira dezesseis jatos *Mirage* sem o material de terra necessário para apoiá-los. A outra entrara num programa de reequipamento que custaria 1 bilhão de dólares, comprometendo-lhe o orçamento por quinze anos. De sete submarinos comprados aos Estados Unidos, seis estavam enguiçados. Alguns deles iam para o ferrolho quando foram vendidos por 150 mil dólares cada. Para reformá-los, pagaram-se 7,5 milhões de dólares. Um navio de desembarque de carros-de-combate chegara do Vietnã com a rampa quebrada. Havia quatro contratorpedeiros mancos. Na Armada o cruzador *Tamandaré* não funcionava, e o porta-aviões *Minas Gerais*, tendo navegado dois dias, passaria todo o ano seguinte no cais. O chefe do Estado-Maior fazia saber que a situação era ‘catastrófica’”. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 269.

³³ “Mobilização”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1974, p. 7.

³⁴ AQUINO, op. cit., p. 63. As enchentes ocorridas no Brasil, em março de 1974, se encaixam na unidade temática *Questões Sociais*, no subtema *Acidentes*. Entre 29/03/1973 e 03/01/1975, este subtema recebeu 35 vetos.

tensões e conflitos”³⁵, para que pudesse veicular o máximo de informações, a grande imprensa escrita reservava às autoridades o poder de fala, avigorando, portanto, a dominação ideológica do regime.

Esse reforço da dominação salta aos olhos aquando de uma primeira leitura das fontes, pois no afã de “passar a imagem de um tecido social harmonioso em que a rota da normalidade não pode ser interrompida”³⁶, as autoridades civis e militares regozijavam suas ações no controle da situação, como o destaque para a visita do Ministro de Minas e Energia Shigeaki Ueki às áreas atingidas ou como a atuação de Rangel Reis na mobilização do Grupo Especial de Apoio às Calamidades Públicas, resumidas na fala do governador de Santa Catarina, Colombo Salles.³⁷

Extensão da devastação e drama dos desabrigados

Uma catástrofe se caracteriza, segundo Enrico Quarantelli, pela diversidade e variedade dos danos provocados sobre determinada circunscrição geográfica.³⁸ Em cenários catastróficos, elementos fundamentais da vida cotidiana moderna são seriamente comprometidos, como fornecimento de energia, água, prestação de serviços, comunicações e transportes.³⁹ O desastre, por sua vez, pode ser entendido a partir de três paradigmas: agente externo ameaçador; expressão social da vulnerabilidade; e estado de incertezas geradas pelas instituições. Com relação aos desastres naturais, em especial as enchentes e as inundações, o desastre seria então o resultado do impacto de um agente externo ameaçador sobre determinada comunidade humana, causando-lhe danos.⁴⁰

³⁵ Ibidem, p. 75.

³⁶ Idem.

³⁷ “Regressão”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1974, p. 5. “Numa entrevista coletiva, ele se confessou impressionado com o quadro dramático que viu no Sul do Estado, mas afirmou que as vítimas das cheias ‘podem se tranquilizar, porque os homens que governam este país não as abandonarão’. Esclareceu que a situação em toda a área já está sob controle e elogiou o trabalho que vem sendo executado pelas Forças Armadas e a campanha de solidariedade que mobiliza os catarinenses.”

³⁸ QUARANTELLI, Enrico L. “Disaster studies: an analysis of the social historical factors affecting the development of research in the area”. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*. Vol. 5, n. 3, nov. 1987, p. 285-310. Conferir também QUARANTELLI, Enrico L. “Catastrophes are different from disasters: some implications for crisis planning and managins drawn from Katrina”. 2006. Disponível em <http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>.

³⁹ MARCHEZINI, op. cit., p. 54.

⁴⁰ Ibidem, p. 49. De acordo com Alfredo Ricardo Lopes, a conceituação do termo a partir de sua origem (se natural ou se antrópica) se esfacela na medida em que as análises mostram imbricações mútuas entre atores humanos e não-humanos. O autor se guia pela perspectiva antropológica de Oliver Smith, o qual propõe que os desastres são eventos totalizantes, uma vez que neles se enredam todas as dimensões da estrutura social. LOPES, Alfredo.

A catástrofe, por sua vez, vai um pouco além. Ela seria o resultado da experiência de uma crise desencadeada pelo desastre, tratando-se de um evento que deixa marcas, que acomete um *trauma*.⁴¹ Neste sentido, as catástrofes não podem ser tratadas estritamente como “naturais”, mas sim compreendidas como eventos naturais, culturais e sociais, pois “a forma como os humanos lidam com as catástrofes é largamente dependente de padrões culturais e sociais, valores, crenças religiosas, instituições políticas e estruturas econômicas que mudam ao longo do tempo”.⁴² Portanto, o problema sugerido pela distinção entre desastre e catástrofe não é novo, que é a questão da representação. Partimos de uma definição de representação de eventos catastróficos calcada na complexa temporalidade dos eventos traumáticos, a qual envolve construções recíprocas do passado e do presente.⁴³ A articulação entre presente e passado na representação da catástrofe se dá em dois momentos: um imediato, calcado na intuição, e outro mediato, que mobiliza uma articulação conceitual.⁴⁴

São as marcas do acontecimento catastrófico que permitem o retorno do trauma sob a forma de linguagem. Embora pareça um paradoxo – já que o trauma é o inenarrável⁴⁵ –, é justamente esse retorno que permite uma construção imagética ou narrativa do passado⁴⁶, construção que se dá por meio da articulação conceitual entre passado e presente. Se os esforços teórico e metodológico dos estudiosos de catástrofes e seus respectivos traumas são a busca de uma nova concepção de representação que permita a inclusão desses eventos⁴⁷, isso não significa que venha a qualquer custo. Existem limites éticos impostos pela dor dos outros, limites que, por um lado, evidenciam a dificuldade de expor o trauma em sua plenitude

Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004). 383 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, Florianópolis, 2015, p. 9.

⁴¹ NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 8.

⁴² LOPES, op. cit., p. 11.

⁴³ NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 9. Para o conceito de representação, seguimos a orientação teórica de Paul Ricœur, segundo o qual este conceito indica não uma “visão de mundo” (o que o autor considera uma espécie de hemorragia do conceito), e sim expressa a plurivocidade, a diferenciação e a temporalização múltipla dos fenômenos sociais. RICŒUR, op. cit., p. 239.

⁴⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A história como trauma”. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 75.

⁴⁵ A pergunta sobre memória que se remete ao trauma que, de acordo com a psicanalista Maria Rita Kehl, é “aquilo que não se consegue esquecer, mas ao mesmo tempo, é intolerável recordar”. KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 227.

⁴⁶ NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 9.

⁴⁷ SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 75.

e, por outro lado, são questionáveis na medida em que “interagem com enfoques mais extremos, impossíveis de prever ou expulsar da existência”.⁴⁸

Para lidar com estes limites, os historiadores tentam formas de representação que deem voz ao passado traumático, que indaguem tanto as interações e resistências mútuas entre literatura e teoria psicanalítica, compreendendo as estruturas discursivas que permeiam os testemunhos do passado traumático que, amiúde, vivem uma tensão entre a realidade material e a realidade psíquica.⁴⁹ Com isso, parece que chegamos ao nó da definição de catástrofe. Trata-se de uma construção da linguagem, calcada na articulação conceitual e na capacidade do poder simbólico das instituições de representar e lidar com os problemas ocasionados por um determinado desastre.⁵⁰ E, sobretudo, carrega consigo uma potencialidade traumática. A partir destas definições, buscaremos compreender a operação narrativa, nos periódicos da época, a respeito da enchente do rio Tubarão, o “causador da tragédia”.⁵¹

“Pontes levadas pelas águas, casas desabadas, mais de dez mil flagelados, perigo de epidemias e plantações destruídas”.⁵² Essa era a primeira descrição que chegava ao noticiário da grande imprensa após a inundação da cidade de Tubarão pelas águas do rio que a divide. A descrição do cenário devastado encontrada nos jornais resulta tanto de informações que chegavam às centrais de jornalismo, advindas de fontes oficiais dos governos (municipal, estadual e federal), quanto da presença efetiva de enviados especiais para averiguar, *in loco*, a extensão da destruição e acompanhar o drama dos flagelados.

Após sobrevoar a região sul de Santa Catarina, o então governador Colombo Salles decretou estado de calamidade pública na noite de 25 de março. Nesse ato, reconheceu que os recursos estaduais eram insuficientes para recuperar e reconstruir as áreas atingidas do sul do estado. Naquele momento, ainda não era possível observar o impacto na estrutura urbana do que havia sido destruído com a força das correntezas. Na noite do dia 27, o Ministro do

⁴⁸ LACAPRA, op. cit., p. 199. “(...) los límites existentes interactúan con enfoques más extremos imposibles de prever o expulsar de la existencia”.

⁴⁹ Para Paul Ricœur, há quatro critérios que definem o fato psicanalítico: a) dizibilidade; b) transferência; c) realidade psíquica X realidade material; d) narratividade. RICŒUR, Paul. *Escritos e conferências I*: Em torno da psicanálise. Tradução. São Paulo: Loyola, 2010, p. 21. A contribuição da historiografia na análise dos chamados traumas históricos, além de inserir a variável *duração* no percurso, é a de, ao se conjugar com a teoria psicanalítica, permitir a construção de um texto que dimensione o trauma (seus alcances, excessos e limites) no plano da tensão entre verdade psicanalítica e verdade vivencial.

⁵⁰ MARCHEZINI, op. cit., p. 52.

⁵¹ “Memórias de Tubarão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 9.

⁵² “Os prejuízos das enchentes crescem”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de março de 1974, capa.

Interior, Rangel Reis, decretou através de uma portaria o estado de calamidade pública em Santa Catarina e no Pará.⁵³ Com um olhar distinto daquele das autoridades, os enviados especiais viram de perto os efeitos catárticos das inundações. Embora não tenham vivido o exato momento em que as águas do rio Tubarão avançaram sobre as ruas e casas, arrastando habitações inteiras, carros, derrubando postes, arrancando pontes, eles parecem ter partilhado da experiência traumática da abrupta perda dos bens materiais, incalculáveis, e das vidas humanas, irrecuperáveis.

A empatia com o sofrimento dos tubaronenses fica evidente a partir do dia 29 de março, momento em que chega ao noticiário paulistano, por meio da *Folha de S. Paulo*, a primeira reportagem produzida por um enviado especial, o fotojornalista Carlos Rangel.⁵⁴ Para o *Jornal do Brasil*, há algumas questões a serem ponderadas, pois a reportagem especial vai a público apenas no dia 31 daquele mês. Malgrado as diferenças estilísticas, ambos tentaram construir, ao longo de uma semana, a imagem da situação enfrentada pelos tubaronenses e circunvizinhança.

No dia 25, a cidade de Tubarão amanheceu inundada. Durante a madrugada, a população sobressaltada pela elevação veloz do nível do rio se afluíu para os pontos mais altos, concentrando-se, sobretudo, nas mediações da recém-inaugurada catedral diocesana, que parecia, por sua vez, um lugar seguro aos desabrigados.⁵⁵ Em alguns pontos, a água elevou-se em mais de dois metros. Na manhã do dia 27 de março, as águas começaram a baixar e o raiar do sol deixou à mostra uma grande área devastada. Todas as ruas de Tubarão estavam encobertas por lama, que invadia lojas e casas do centro. Era possível, também, ver inúmeros carros semi-soterrados. Os poucos automóveis que seguiam caminho, o faziam de forma precária, em virtude de enormes crateras que a enxurrada abria no leito da estrada.⁵⁶

A população de Tubarão ficou quase que completamente isolada. O sistema viário havia sido extensivamente destruído. Houve queda de barreiras em diversos pontos da BR-101, rodovia federal interditada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) no trecho entre Florianópolis, capital do estado, e Araranguá, cidade no extremo sul do estado – a qual também estava isolada em virtude da enchente. Além destas, mais outras trinta pequenas cidades da região se encontravam em estado de calamidade pública. A ajuda que

⁵³ “Chuvas matam mais de 50 e já desabrigam 50 mil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1974, p. 16.

⁵⁴ Cf., sobre empatia, LACAPRA, op. cit., especialmente o capítulo seis.

⁵⁵ “Sem energia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1974, p. 7.

⁵⁶ “Nas rodovias”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

chegava aos flagelados vinha por céu, através dos helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB) ou por comboios do Exército que tomavam rotas alternativas, rigidamente controladas pelo Comando Militar.

A Ferrovia Dona Tereza Cristina, por onde era trazido o carvão de Criciúma para tratamento na cidade, tivera 40% de sua extensão completamente destruída. Para se ter uma ideia da força, aliada à velocidade da correnteza, em alguns pontos os trilhos estavam retorcidos em espiral. Enormes e pesadas toras de madeiras desciam a correnteza arrebatando tudo que havia pela frente: casas, postes, pontes, rebanhos e plantações. Os postes de iluminação e transmissão de energia, quando não caídos por completo, se achavam pendidos, sustentados apenas pelos fios que teimavam em segurá-los. O principal problema enfrentado por Tubarão após a redução do nível do rio era o abastecimento de água potável, já que durante a enxurrada, parte considerável do encanamento fora arrancado, comprometendo sua distribuição. E, como problema remete problema, as águas estavam contaminadas tanto pelo esgoto que se espalhou quanto pela carne putrefata dos rebanhos de bovinos e suínos, como das pessoas ainda não encontradas.

Os agricultores foram os principais atingidos. Nas vastas planícies dos arrozais, o nível das águas atingiu a inacreditável marca de doze metros. Segundo os técnicos do Ministério da Agricultura, toda a safra havia se perdido. Além do arroz, principal produto da região, outras culturas sofreram graúdos prejuízos. Cerca de 400 mil toneladas de mandioca foram perdidas. A cultura da cana-de-açúcar também padeceu de perdas. Tudo dependeria do tempo em que as plantações permanecessem submersas. A projeção, bastante pessimista, era de que se as águas custassem a baixar, isso prejudicaria as canas jovens e aquelas em processo de maturação. Cerca de um milhão e duzentas mil sacas de farinha que se encontravam estocadas em armazéns das cooperativas agropecuárias e em firmas particulares foram perdidas. A produção de milho, estimada em 130 mil toneladas, teve prejuízo de 60%. O impacto nesta cultura se reflete na pecuária, pois o milho era a base alimentar do rebanho suíno. A incipiente cultura da soja na região foi totalmente afetada, pois as 1,8 toneladas estimadas ainda não haviam sido colhidas, acarretando em prejuízos que beiravam dois milhões de cruzeiros.

No setor pecuário, estimou-se que 10 mil bovinos e 20 mil suínos teriam morrido na enxurrada, prejuízo calculado em Cr\$ 14 milhões. Assim como os humanos, os animais adotavam suas estratégias de sobrevivência em meio às cheias. Nas pastagens alagadas, sobre

tufos de capim⁵⁷, viam-se centenas de cabeças de gado em pé, com água pela barriga e sem a possibilidade de se alimentar⁵⁸ e, impedidas de pastar, grande parte das reses estava morrendo à mingua.⁵⁹ As vastas pastagens acumulavam sobre si grossa camada de lama. Para sua recuperação, estimava-se entre 90 e 120 dias. Nas proximidades de Tubarão, os que não tiveram o mesmo destino, igualmente dramático, eram levados boiando pelas correntezas do rio cheio.⁶⁰

A descrição geral dos prejuízos causados no setor agropecuário evocava a lamentável imagem da fome. Não era incomum encontrar sobreviventes alimentando-se de víveres contaminados em virtude de a distribuição de alimentos não alcançar áreas isoladas. Há o caso de uma comunidade de 200 pessoas ilhadas na região do Farol de Santa Marta, muitas das quais “apresentavam problemas de intoxicação pela ingestão de víveres deteriorados”.⁶¹ Muito embora o socorro viesse de várias partes de Santa Catarina e do Brasil e os desabrigados fossem assistidos com alimentos, roupas e medicamentos, o fantasma da fome assombrava os flagelados que se alimentavam de forma racionada e rigidamente controlada pelo Comando Militar. Algumas situações refletem os efeitos da fome na cidade isolada, a saber os saques constantes a supermercados – posteriormente ressarcidos – e o abatimento de animais em praça pública para saciar a urgência da fome.⁶² Ela mostrava seu lado mais perverso, já que a população faminta disputava os animais mortos.⁶³

O Ministro Shigeaki Ueki foi enviado por Geisel para vistoriar o impacto das inundações no setor energético, que se estendeu para regiões não atingidas pelas cheias. Em Tubarão, o Ministro constatou que o sistema de abastecimento da Usina Jorge Lacerda entrou em colapso “a partir do momento em que a casa de força e a bomba principal foram submersas”.⁶⁴ A Sotelca teve suas atividades paralisadas em razão da inundação e obrigou todo o estado a um severo racionamento de energia. Em caráter emergencial, o estado estava sendo alimentado pela Companhia Elétrica do Rio Grande do Sul, subsidiária da Eletrosul, com energia gerada

⁵⁷ “Fuga e desespero”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 9.

⁵⁸ “Arroz perdido”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

⁵⁹ “Técnicos começam a levantar prejuízos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 8.

⁶⁰ “Sem energia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1974, p. 7.

⁶¹ “200 ilhados”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

⁶² No dia 28 de março de 1974, a *Folha de S. Paulo* publicou a fotografia de um grupo de pessoas carneando um bovino em praça pública, p. 16.

⁶³ “Sem energia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1974, p. 7.

⁶⁴ “Sem energia”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1974, p. 7.

pela hidrelétrica do rio Passo Fundo.⁶⁵ De acordo com o ministro Ueki, a Sotelca dificilmente teria condições de voltar a operar normalmente antes de uma semana.⁶⁶

A situação emergencial no setor energético demandou grande esforço do governo federal, já envolvido em outras questões de mesma natureza, pois discutia a implantação de energia nuclear no país, em Angra dos Reis.⁶⁷ A determinação de Geisel ao ministro Shigeaki Ueki foi clara, “que não poupe esforços nem recursos para regularizar o abastecimento de energia elétrica ao Estado de Santa Catarina, interrompido em consequência da inundação da usina termoelétrica da Sotelca pelas chuvas que vêm caindo na região”.⁶⁸ A recomendação tinha sua razão de ser, uma vez que o setor energético era um dos pilares de sustentação da política de desenvolvimento do governo civil-militar.

As comunicações viárias e telefônicas também foram parcial ou totalmente interrompidas, intensificando o quadro calamitoso da cidade sitiada. Na cidade em que faltavam alimentos, roupas e remédios, “as rodovias funcionam precariamente e as comunicações estão totalmente interrompidas: as únicas informações são fornecidas por uma rede de radioamadores que trabalham com aparelhos a pilha”.⁶⁹ A Companhia Telefônica e a Light, responsáveis pela comunicação na região sul do estado, foram totalmente alagadas e as ligações com a capital foram interrompidas.⁷⁰ Isso aumentou a aflição das inúmeras pessoas que chegavam aos prantos, constantemente, nos postos de atendimento na capital em busca de notícias de familiares residentes em Tubarão e região.⁷¹ O mesmo ocorria com aqueles que imploravam uma passagem de ônibus para a cidade. Contudo, a ordem era clara: ninguém viajava para a região, embora não se soubesse direito de onde viera esta ordem.⁷²

⁶⁵ “Chuva desabriga 8 mil e mata dezenas no Sul”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1974, capa.

⁶⁶ “Destruição”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1974, p. 22.

⁶⁷ Discutia-se a implantação de usinas nucleares no país desde a década de 1960, projeto que foi arquivado até a década seguinte. “Em 1972, o Brasil retornou ao mercado nuclear, pela mão dos Estados Unidos. Medici comprou um reator da Westinghouse capaz de gerar 627 megawatts. Uma caixa-preta tecnológica, alimentada por urânio enriquecido do governo americano. Foi contratada por 102 milhões de dólares e ficaria na praia de Itaorna, era Angra dos Reis. Deveria ser inaugurada em 1977”. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 127.

⁶⁸ “Geisel ordena socorro”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1974, p. 8.

⁶⁹ “Em Tubarão, surge a varíola”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, capa.

⁷⁰ “Santa Catarina”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 15.

⁷¹ “Campanha”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14. “Enquanto não chegam boas notícias do Sul, uma média de 80 pessoas tem procurado a sede da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, na Rua Jerônimo Coelho, no centro da capital à procura de informações sobre a situação de parentes e amigos”.

⁷² “Clima de muita apreensão e intranquilidade em Tubarão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 8.

O principal temor das autoridades civis e militares era o eminente surto de epidemias devido ao grande número de pessoas e animais mortos em estado de putrefação, submersos ou soterrados, na grossa camada de lama que cobria a cidade⁷³, razão do rígido controle sobre quem entrava ou saía da cidade sitiada. Eram obrigatórias vacinas contra varíola, tifo e febre amarela.⁷⁴ “As águas dos esgotos e das fossas misturavam-se com as águas do rio, aumentando o perigo de epidemia”.⁷⁵ Uma das prioridades do Ministério do Interior do governo Geisel era a remessa de remédios diversos e inúmeros lotes de vacinas, especialmente contra o tifo. A Central de Medicamentos, sediada em Brasília, enviou no dia 26 de março 450 mil doses de vacinas antitíficas para serem distribuídas entre as Secretarias de Saúde dos nove estados atingidos pelas cheias, conforme a demanda das áreas inundadas. Santa Catarina reteve cerca de 20% do total. Também neste setor, o quadro era de estado de calamidade pública, pois os medicamentos estocados pela secretaria de saúde catarinense eram insuficientes para atender aos clamores de todos os municípios atingidos.

A combinação do mau cheiro com o risco de contaminação, elementos insuportáveis naquele cenário catastrófico, levaram as autoridades a ordenar a construção de valas comuns no cemitério municipal de Tubarão, nas quais eram enterrados todos os cadáveres não identificados que iam aparecendo presos às copas das árvores ou soterrados nos lamaçais. Uma semana após as inundações, 150 corpos já haviam sido sepultados.⁷⁶ A morte pairava no ar, fétida.

Com as enchentes, surgem as cobras. Assim como os humanos, os ofídios também procuravam os lugares mais altos para fugir ao avanço das águas.⁷⁷ Um risco que, embora visível, estava camuflado em meio aos destroços, enroladas nos galhos das árvores, rastejando-se pelas noites. Dezenas de pessoas haviam sido picadas e o governo proveu a Secretaria de Saúde catarinense com inúmeras doses de vacina antiofídica produzidas pelo Instituto Butantã, em São Paulo.⁷⁸ Tal informação vinha na capa da *Folha*, na edição do dia 28, pouco abaixo da manchete. O drama narrativo aumentava na medida em que, logo em

⁷³ “Clima de muita apreensão e intranquilidade em Tubarão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 8.

⁷⁴ “Arrasada, Tubarão quer se reerguer”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 de março de 1974, p. 9.

⁷⁵ “Enchentes no Sul matam e fazem 6 mil flagelados”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1974, p. 7.

⁷⁶ “Cidades devastadas já começam reconstrução”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1974, capa. Os cadáveres não identificados eram fotografados de frente e de perfil e eram recolhidas suas digitais.

⁷⁷ “Com as enchentes surgem as cobras”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

⁷⁸ “Com as enchentes surgem as cobras”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

seguida, apresentava uma estimativa em que cerca de mil pessoas estavam desaparecidas em áreas atingidas pelas inundações, isoladas e longe das sedes municipais.

Este era panorama encontrado nas páginas dos jornais da grande imprensa. As imagens dramáticas desenhadas por meio da narrativa jornalística davam o tom da potencialidade traumática da hecatombe vivenciada por tubaronenses e vizinhos. Imagens que ecoaram e ecoam na memória dos que sobreviveram e transmitem a experiência às novas gerações⁷⁹. Nota-se, portanto, que há uma estreita relação entre imprensa e memória, a qual possibilita uma miríade de representações da catástrofe. Tal relação sugere que a história de uma cidade submersa pode ser escrita entre lembranças e jornais, entre voz, texto e imagens.⁸⁰

A linguagem da catástrofe

“No alto da colina onde está a Catedral, centenas de pessoas contemplam desanimadas a paisagem destruída da cidade, onde as águas do rio Tubarão tingiram de cor barrenta ruas e plantações”.⁸¹ Descrições como esta sugeriam aos leitores o trabalho de construção imagética do cenário catastrófico. Isso foi possível, em alguma medida, por dois fatores intimamente relacionados. Primeiro, a mobilização de um campo associativo ou conceitual em torno da palavra *enchente*. Segundo, a pressuposição de que os leitores conseguiriam chegar a significação do todo por terem um conhecimento prévio da significação das partes.

A crise desencadeada pela enchente, isto é, a catástrofe seria o panorama imagético a ser representado nas páginas dos periódicos. Em pauta, está o problema da representação do discurso acerca da catástrofe e dela enquanto discurso. À medida que as águas do rio baixavam, os observadores contemplavam uma paisagem destruída, potencialmente catastrófica. Dia após dia, os inconvenientes das chuvas e inundações ficavam mais evidentes

⁷⁹ A literatura psicanalítica entende este fenômeno como a constituição do trauma secundário. Este tipo específico de traumatização, segundo alguns estudiosos do tema, seria uma saída teórica para o problema da representação do trauma (aquilo que, por definição, escapa à linguagem). “A única maneira de dar conta do trauma seria, então, participar pessoalmente dele por intermédio do trauma ‘secundário’, que produz o ato de testemunhar (leitor, espectador) empático com a vítima e com seus sofrimentos”. MESNARD, Philippe. *Testimonio en Resistencia*. Trad. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2011, p 405.

⁸⁰ SEDREZ; MAIA, op. cit., p. 232. Esta é a tese das autoras ao detalhar o entrecruzamento das memórias individuais dos cariocas com a memória construída pelas imagens e manchetes de jornais.

⁸¹ “Enchentes inundam cidades no Sul e devastam vários Estados”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1974, p. 7.

e o campo associativo de enchente ganhava novos elementos para a composição do significado global da catástrofe.

Considerando nosso *corpus* documental, construímos um mapa para o campo associativo do conceito *enchente*. As enchentes são problemas geoambientais de caráter hidrometeorológico, relacionadas à quantidade e à intensidade da precipitação pluviométrica.⁸² Em definições oficiais, enchentes e cheias correspondem à elevação do nível da água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar.⁸³ As inundações ocorrem quando as águas de um curso d'água transbordam, atingindo a planície de inundação ou a área de várzea.

Optamos pelo conceito de enchente por duas razões, uma historiográfica e outra empírica. Tanto na produção historiográfica quanto na memorialística, bem como na memória coletiva em geral, como se verifica nas matérias especiais que preencheram as páginas dos jornais catarinenses nos últimos quarenta anos, os tubaronenses arrogam enchente ao sucedido em março de 1974.⁸⁴ Por outro lado, o primeiro conceito que aparece nas manchetes dos dois jornais é *enchente*, no dia 26 de março de 1974, precedida apenas por *chuvas* – palavra que, aliás, faz parte do campo associativo de enchente tanto no aspecto hidrometeorológico quanto semântico.

O conjunto lexical que arranja o campo associativo – ou conceitual – de *enchente* é muito variado. Através deste campo associativo, é possível verificar de que maneira se deu a construção narrativa e imagética da catástrofe em Tubarão. Para tanto, o submetemos ao método da análise fatorial das correspondências, conhecido da lexicografia política, para examinar como a combinação e recorrência de certos vocábulos construía uma imagem em

⁸² RIBEIRO, Rogério Rodrigues & AMARAL, Rosângela do. “Inundações e enchentes”. In: TOMINAGA, Lídia Keiko. et al. (Orgs.). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009, p. 41.

⁸³ *Ibidem*, p. 42.

⁸⁴ Amadio Vettoretti, historiador regional, inclui um capítulo exclusivo sobre a inundação daquele ano no seu livro de história geral de Tubarão. Em seu livro de memória, Cesar Machado do Canto opera com o conceito de enchente, cf. MACHADO, César do Canto. *Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente*. Tubarão, SC: Ed. Unisul, 2005. Também é a tônica recorrente no livro memorialístico do ex-prefeito, Irmoto Feurschuette, cf. FEUERSCHUETTE, Irmoto José. *Uma direção para a vida: memórias da enchente de Tubarão 1974*. Tubarão, SC: Reuter Ed., 2004. E os trabalhos monográficos, cf. FRASSON, Maicon Marques. *A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural*. 2011. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012; FREITAS, Carlos Flor de. *Vivências e evidências da enchente de 1974 em Tubarão*. 2001. 34 f. Monografia (Especialização em História Local e Regional). Departamento de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2001.

uma tessitura narrativa. As frequências condicionais das palavras nos textos⁸⁵ permitiram a identificação de um campo muito amplo de vocábulos associados às enchentes, dentro do qual há quatro subgrupos, constituídos em torno dos conceitos de *inundação*, *morte*, *desabrigado* e *calamidade pública*. Ao se rearranjarem em subgrupos sob a forma de condicionalidade mútua e em função do contexto a que pertencem, os léxicos dimensionam a experiência histórica da hecatombe vivenciada pelas populações das áreas atingidas.

Antoine Prost indica que “a análise fatorial é, na verdade, bastante sensível às diferenças de peso das variáveis” e que “portanto é preferível submeter-lhe textos de comprimento equivalente”.⁸⁶ Ao longo da semana que se seguiu à inundação, os textos ficaram cada vez maiores e mais detalhados. Contudo, algumas notícias se repetiam, como por exemplo as visitas de ministros e secretários às regiões atingidas. Evidentemente, a ênfase nessas ocorrências tinha um sentido político. Por outro lado, aplicamos o método a um recorte temporal reduzido, uma semana, balizado pelo momento imediatamente após as inundações e pela mudança de discurso da catástrofe para a superação. Assim, não submetemos o método a um quadro de grande extensão.

O procedimento metodológico foi aplicado igualmente ao *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*. Por um lado, os resultados se aproximaram no sentido de que a ocorrência dos vocábulos *chuvas*, *inundações*, *morte*, *prejuízos*, *cheias*, *desabrigados*, *flagelados*, *devastação* e *calamidade pública* foram elementos comuns aos dois conjuntos. Por outro lado, o campo associativo identificado nos textos da *Folha de S. Paulo* é muito mais vasto. Ao incorporar vocábulos como *cadáveres*, *desespero* e *tragédia*, tonificava a imagem da catástrofe. Inclusive, explorava o campo semântico de enchente por meio do depoimento de autoridades, como quando o governador Colombo Salles conversou com os jornalistas sobre os efeitos das *violentas enchentes*.⁸⁷

⁸⁵ PROST, Antoine. “As palavras”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 302. Realmente, temos de nos curvar ao alerta de Prost sobre os limites de aplicar o método da análise fatorial a textos de extensão diferentes. A extensão das matérias e reportagens quase que triplicaram em virtude do volume de informações que chegavam às centrais de jornalismo e da dimensão que a catástrofe ganhou nos assuntos do insipiente governo Geisel. Contudo, não seria prudente rearranjar as notícias em dois grupos cronologicamente distintos, pois o desenrolar dos acontecimentos escaparia ao sentido geral da catástrofe, já que o valor heurístico do método é fazer “aparecer aproximações, diferenças, estruturas que não se percebiam na simples leitura dos textos”. *Ibidem*, p. 298.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ “Em Tubarão, surge a varíola”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, capa.

O vocábulo *morte*, embutido em seu campo semântico, apresenta, na *Folha* três ocorrências no dia 26 de março, sendo uma na abertura e duas na matéria. Até a edição do dia 29, tal ocorrência se eleva praticamente em progressão aritmética, chegando a doze. Para o *Jornal do Brasil*, o padrão de ocorrências para o vocábulo *morte* não desvia muito entre as primeiras notícias e as reportagens do enviado especial, com uma média de duas ocorrências por dia entre os dias 27 e 31 de março. Em relação ao total de mortes, os dados apresentados pela imprensa eram descontraídos.⁸⁸ Da visita do Ministro Shigeaki Ueki, ficou famoso seu lamento sobre as perdas materiais, que eram incalculáveis, e as perdas humanas, irrecuperáveis. As palavras do ministro mediam o tamanho da tragédia.

Imediatamente após as inundações do rio Tubarão, os jornais falavam apenas de *desabrigados*.⁸⁹ No dia 26, a capa do mesmo periódico faz menção a *mortes*, sem quantificá-las, com relação ao desastre que levou o governador de Santa Catarina, Colombo Salles, a decretar estado de calamidade pública. O vocábulo *morte* se imbricava aos vocábulos *inundações* e *desabamentos* em contraposição aos *desabrigados*. Embora sem mencionar notas oficiais, o *Jornal* veiculava, no dia 27, imprecisas estatísticas da *população alarmada*, que falava em *centenas de mortos*. A primeira informação mais ou menos precisa referia-se aos 32 corpos enterrados em uma vala comum cavada no cemitério municipal de Tubarão, em consequência das inundações.⁹⁰ Contudo, ainda conferia certa credibilidade aos palpites *desesperados* que alcançavam *dramáticas* centenas.

Com relação ao vocábulo *morte*, é possível fazer três apontamentos a partir da análise fatorial das correspondências. O primeiro diz respeito à sua projeção sobre a conceituação de *vítima*. Sempre que esta figurava no texto, associava-se diretamente à fatalidade da morte. Sua frequência aumentava na mesma proporção da ocorrência do vocábulo gerador do subgrupo conceitual (no caso, *morte*). Além das questões narrativas colocadas pelo conceito *vítima*, outros aparecem especificamente ligados ao de *morte*, com inúmeras ocorrências de *corpos*, *cadáveres*, *putrefação* e *decomposição*.

Outro ponto a se destacar é o uso frequente do advérbio *muito*. Da mesma forma, acontece também com outros recursos como *falta* e *dezenas* ou *centenas*. O uso destes adjuntos gera certo desconforto e incertezas, pois agrupar os corpos sob a insígnia de dezenas

⁸⁸ Essa foi a expressão cunhada por Amadio Vettoretti para se referir ao número de mortos da enchente de 1974.

⁸⁹ No dia 25 de março, o *Jornal do Brasil* divulgou quatro mortes em razão do temporal no Sul do país, as quais ocorreram no Rio Grande do Sul.

⁹⁰ “Dezenas de corpos já aparecem nos lamaçais”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1974, p. 14.

levanta dúvidas e angústias acerca dos resultados da catástrofe. O mesmo também podia ser visto em outros advérbios de intensidade como *totalmente*, *completamente*, *irremediavelmente*, *mais de*, etc. Ou seja, a incerteza gerada pelas instituições conferia mais uma pincelada de drama à crise desencadeada pelo desastre.

O último apontamento se refere ao contraponto entre o campo semântico *morte* e o de *desabrigado*, que constitui em torno de si um outro subgrupo conceitual que abarca a experiência de quem sobreviveu ao desastre. Os desabrigados são aqueles que “na ausência de relações de parentesco, compadrio e afins para provimento de uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado para encontrar alojamento”.⁹¹ Este terceiro apontamento nos leva a refletir sobre a construção narrativa da catástrofe a partir do testemunho e da representação dos *desabrigados*, cujas falas “não participam de abordagens do tema de maneira a contextualizar, explicar, avaliar ou propor, mas contribuem com a abordagem factual”.⁹² A frequência condicional do campo semântico *desabrigado* abarca um conjunto mais expressivo. Isso porque além de congregar vocábulos exclusivos, coopta alguns elementos do subgrupo *morte*, inclusive *vítimas* em alguns momentos.

Desabrigados e seu campo semântico (*desabrigo*, *desabrigou*, *desabrigam*) é o segundo em ocorrências no interior do campo associativo *enchente*, à exceção, apenas, do campo semântico de *inundação*. No primeiro dia da inundação, 25 de março, enquanto o *Jornal do Brasil* mobilizava o conceito no título de uma das matérias, a *Folha de S. Paulo*, por sua vez, operava com o conceito na chamada da manchete “Chuvas continuam e os prejuízos aumentam no interior e no país”, em três ocorrências. Assim como *vítima* estava condicionado à *morte*, a carga semântica de *flagelado* aderiu ao conceito de *desabrigado*, tanto é que no ponto do arco temporal em estudo com maior extensão dos textos a ocorrência do vocábulo *flagelados* se equilibra numericamente ao de *desabrigados*.

A matéria da *Folha*, de 26 de março, apresentava uma estimativa sobre o número de desabrigados, cerca de seis mil, “entre adultos e crianças”. Contudo, de imediato, “as autoridades não puderam estabelecer o número de flagelados, ou mesmo vítimas, devido ao isolamento de vários distritos”, em decorrência de que “muitas pontes foram destruídas,

⁹¹ MARCHEZINI, op. cit., p. 53.

⁹² AMARAL, Márcia Franz. “A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. 15, n. 3, Unisinos, set./dez. 2013, p. 188.

impedindo a passagem de veículos”.⁹³ Os flagelados que permaneciam nas imediações, foram abrigados em igrejas, quartéis, colégios e clubes de serviço, sendo que boa parte se concentrou nas dependências da catedral, situada no alto de uma colina na região central, onde as águas não invadiram. Nos dias que se seguiram, o total divulgado de flagelados aumentava em progressão geométrica, chegando a impressionante marca de 60 mil no final daquela semana, valor estimado que resultou da visita das autoridades às regiões catarinenses atingidas.

Da mobilização do campo semântico de *inundação*, é possível depreender que os redatores das matérias e reportagens estavam atentos à correta conceituação do desastre ambiental em questão. A inundação enquanto catástrofe – e, portanto, enquanto categoria – só é possível porque o transbordamento das águas de um curso provoca sérios prejuízos a uma comunidade que vive nas margens desse curso, como foi o caso de Tubarão. Nas fontes, o campo semântico de *inundação* é praticamente constante, com uma média de três ocorrências por edição, figurando em todos os espaços textuais (manchetes, chamadas, títulos, reportagens e legendas). Inclusive, juntamente a lama e destruição, o conceito é a tônica das fotografias reproduzidas no *Jornal do Brasil* e na *Folha*, embora em distintas escalas espaciais.

O conceito de *calamidade pública* sugere vários reenvios da palavra ao discurso. Sua atribuição predicativa na fonte remete à zona de intersecção entre a crise desencadeada pelo desastre e a ação política e operacional dos militares para controlar a situação. Na noite do dia 25 de março, após reunir-se com seus secretários, o governador de Santa Catarina decretou estado de calamidade pública em 32 cidades no sul do estado. No dia seguinte, através de uma portaria do Ministério do Interior, o chefe desta pasta fez o mesmo decreto no âmbito da esfera federal, tanto para o estado sulino quanto ao Pará. Quando o estado de calamidade pública é decretado significa que os impactos da “grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais” são de muito grande intensidade e os recursos locais são insuficientes para tal comunidade afetada arcar com sua própria recuperação e reconstrução da infraestrutura básica, necessitando de ajuda externa.⁹⁴

⁹³ “Morte e destruição voltam ao Sul”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de março de 1974, p. 14.

⁹⁴ TOMINAGA, op. cit., p. 13. Havia um órgão do Ministério do Interior chamando Grupo Especial de Apoio a Calamidades Públicas, em nível federal, responsável por avaliar os impactos de desastres naturais e por elaborar

O vocábulo *calamidade*, isoladamente, é uma significação potencial. Dada a polissemia, sua significação atual só pode ser definida a partir do contexto em que figurar, fenômeno linguístico conferido no nível semântico pela instância discursiva frase.⁹⁵ Nos textos jornalísticos analisados, *calamidade* aparecia de duas maneiras. Na primeira, seu significado geral gravitava em torno do conceito gerador *enchente*, na medida em que mobilizava uma constelação de léxicos que remetiam ao cenário destruído, como por exemplo *desabrigados*, *mortes*, *queda de barreiras*, *chuvas*, *cidade isolada* e *perigo*. Em suma, *calamidade* resumia em si um conceito imagético da situação geral das enchentes e inundações.⁹⁶ Em seguida, o vocábulo assumia seu teor político ao mediar as relações entre o executivo federal, o estadual e o municipal no controle da situação catastrófica.⁹⁷ Enfim, a situação era dramática. Uma semana após a hecatombe, no dia primeiro de abril, o *Jornal do Brasil* dava tom do drama em curso. Embora a situação estivesse se normalizando em Tubarão, cerca de mil flagelados ainda se encontravam abrigados em igrejas, porque, por mais que parecesse mentira, perderam tudo o que possuíam.

Esta breve análise não se tratou de uma história dos conceitos, mas das implicações do uso de conceitos na época para, hoje, reconstituirmos uma história da catástrofe com pendores políticos e sociais. Basicamente, o que fizemos, malgrado as limitações, foi confrontar na circunscrição narrativa dos conceitos seus opostos ou associados, e até mesmo alternativos, de modo que fosse possível “avaliar, com a espessura da realidade social, a totalidade das diversas temporalidades”.⁹⁸ Os diferentes horizontes e trajetórias temporais dos conceitos mobilizados em torno da catástrofe – e para a construção dela enquanto categoria – seriam um “modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação”.⁹⁹

estratégias que comporiam a logística de controle de situações críticas. No âmbito estadual, o controle da situação fica a cargo do setor de Defesa Civil.

⁹⁵ RICCEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 201.

⁹⁶ “Enchentes, de Norte a Sul do País”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1974, p. 8.

⁹⁷ “Calamidade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de março de 1974, p. 8.

⁹⁸ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 130.

⁹⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 24.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Márcia Franz. “A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. 15, n. 3, Unisinos, set./dez. 2013, p. 182-190.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. “Enchente de 1974 como drama social: relações entre percepções de risco, conflito e gentrificação”. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 4, São Paulo, out./dez. 2014, p. 195-212.
- CHEN, Cecilia; MACLEOD, Janine; NEIMANIS, Astrida (Orgs.). *Thinking with water*. Montreal: McGill-Queen`s University Press, 2013.
- FEUERSCHUETTE, Irmoto José. *Uma direção para a vida: memórias da enchente de Tubarão 1974*. Tubarão, SC: Reuter Ed., 2004.
- FRASSON, Maicon Marques. *A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural*. 2011. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.
- FREITAS, Carlos Flor de. *Vivências e evidências da enchente de 1974 em Tubarão*. 2001. 34 f. Monografia (Especialização em História Local e Regional). Departamento de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- KLANOVICZ, Jó. “História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade”. *História Unisinos*, vol. 17, n. 3, set./dez. 2013, p. 293-302.
- LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Trad. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 2005.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)*. 383 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

- MACHADO, César do Canto. *Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente*. Tubarão, SC: Ed. Unisul, 2005.
- MATEUS, Elias Theodoro. “Espectros da catástrofe entre o trauma e a solidariedade: representações iconográficas da Enchente de 1974 em Tubarão (SC)”. *Revista Trilhas da História*, vol. 4, n. 7, Três Lagoas, jul./dez. 2014, p. 111-136.
- MARCHEZINI, Victor. “Dos desastres da natureza à natureza dos desastres”. In: VALENCIO, Norma. et al. (orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos, SP: RiMa Editora, 2009, p. 48-57.
- MESNARD, Philippe. *Testimonio en Resistencia*. Trad. Silvia Kot. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2011.
- NESTROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.
- NODARI, Eunice Sueli & ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. “Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul – SC, Brasil”. *Revista Esboços*, vol. 30, n. 30, Florianópolis, dez. 2013, p. 9-34.
- PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da história ambiental”. *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, São Paulo, 2010, p. 81-101.
- PROST, Antoine. “As palavras”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- QUARANTELLI, Enrico L. “Catastrophes are different from disasters: some implications for crisis planning and managins drawn from Katrina”. 2006. Disponível em: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>.
- QUARANTELLI, Enrico L. “Disaster studies: an analysis of the social historical factors affexting the development of research in the area”. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*. Vol. 5, n. 3, nov. 1987, p. 285-310.
- RIBEIRO, Rogério Rodrigues; AMARAL, Rosangela do. “Inundações e enchentes”. In: TOMINAGA, Lídia Keiko [et al.] (orgs.). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009, p. 39-52.
- RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

- RICŒUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- RICŒUR, Paul. *Escritos e conferências I: Em torno da psicanálise*. Tradução. São Paulo: Loyola, 2010.
- SARDÁ, Laudelino José & MEDAGLIA, Mário (orgs.). *Loucos e memoráveis anos: o centenário do jornal O Estado*. Florianópolis: Ed. Unisul, 2015.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEDREZ, Lise & MAIA, Andréa Casa Nova. "Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966". *História Oral*, vol. 2, n. 14, jul./dez. 2011, p. 221-254.
- SEDREZ, Lise & MIRAGLIA, Marina. "A cidade perdida para as águas: o caso da Vila Epecuén na província de Buenos Aires, Argentina". *Revista Esboços*, vol. 20, n. 30, Florianópolis, dez. 2013, p. 35-51.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "A história como trauma". In: NESTROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.
- TOMINAGA, Lídia Keiko. "Desastres naturais: porque ocorrem?". In: TOMINAGA, Lídia Keiko. et al. (Orgs.). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009, p. 11-24.
- TUCCI, Carlos. "Inundações e drenagem urbana". In: TUCCI, Carlos & BERTONI, Juan Carlos (orgs.). *Inundações urbanas na América do Sul*. Porto Alegre: ABRH, 2003, p. 45-141.
- VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*. Tubarão, SC: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

Recebido em 28 de abril de 2016
Aprovado em 10 de agosto de 2016

